

ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL SÍNDROME X FRÁGIL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CHAPECÓ¹

Ana Claudia Ecco

Resumo: A Inclusão é um dos grandes focos de debates no âmbito educacional dos últimos anos, a Educação Física, enquanto membro constituintes de tal espaço encontra-se presente em tal processo, visto que, a mesma é grande influenciada e influenciadora para que a inclusão ocorra. Nesta perspectiva, o presente projeto tem como objetivo analisar como ocorre o processo de inclusão nas aulas de Educação Física do aluno com Deficiência Intelectual Síndrome X Frágil que frequenta a Escola do Sistema Regular de Ensino da cidade de Chapecó SC. A população e a amostra foi constituída por um aluno com Deficiência Intelectual. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram observação do aluno, bem como, entrevista semi-estruturada destinadas aos pais, à professora da Escola das aulas de Educação Física. Analisando então os dados coletados, foi possível concluir que a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual no Sistema Regular de Ensino é viável desde que tenhamos consciência da complexidade que envolve tal processo, visto que em torno disso há, ou pelo menos deve haver investimentos e comprometimento por parte dos professores e principalmente dos órgãos governamentais que em tese são ou pelo menos deveriam ser responsáveis por tal processo, além, de fazer-se necessário pesquisar e estudar para que amplie-se o conhecimento e novas perspectivas educacionais sejam desenvolvidas. Deixo então em aberto a possibilidade e o convite a novas pesquisas refere-se ao processo de inclusão, visto que o mesmo está presente no âmbito educacional do qual fazemos parte, bem como do âmbito social, o qual influenciemos e somos influenciados na medida que nelevivemos.

Palavras chave: Inclusão, Deficiência Intelectual, Educação Física

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Sul de Santa Catarina, sob orientação da professora Rosani Casanova Junckes, no segundo semestre de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que falamos, pensamos e estudamos sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência no Sistema Regular de Ensino.

Durante muito tempo as pessoas com deficiência ou deficientes como eram chamados na época, foram deixadas de lado ou banidos da sociedade. Inicialmente, quando ainda crianças, eram consideradas como sendo “seres diabólicos”, eram mortos para não proliferarem a desgraça. Após, passaram a ser escondidas em cavernas, calabouços, porões, ou ainda eram deixadas em instituições religiosas para que “Deus” as cuidassem.

Ao longo de muitos anos, ocorreu uma ressignificação novo entendimento acerca das pessoas com deficiência. Então “instituições especializadas foram criadas concebendo a idéia de proteger o “diferente” e, após, reintegrá-lo ao convívio social. Essas instituições especiais tinham característica terapêuticas e não educativas” (SASSAKI, 1991).

A partir dessas manifestações, leis foram criadas com o intuito de garantir benefícios e direitos às pessoas com deficiência.

Todas essas manifestações e criações, nos remetem a muitas reflexões acerca da acessibilidade das pessoas com deficiência em diversos contextos, neste caso, especificamente na escola. É verídico que é de extrema importância o acesso e a garantia de acesso das pessoas com deficiência à educação, seja ela somente na educação especial ou na inclusão das mesmas nas escolas ditas “normais”.

Com o objetivo geral estive analisando como é o processo de inclusão do aluno com Deficiência Intelectual no sistema regular de ensino, nas aulas de educação física na escola municipal de Chapecó em 2018. Verificando o posicionamento da professora com relação ao processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual, identificando as atividades que o aluno com deficiência intelectual de Síndrome X Frágil possui nas aulas de Educação Física e avaliar a relação do aluno com deficiência intelectual e os alunos.

A pesquisa foi pura com o intuito de conhecer a realidade da escola, foi empírica sendo coletados os dados diretamente sobre a realidade e exploratória. O método foi o estudo de caso. Foi constituída por alunos de uma Escola Municipal de

Chapecó. Para a realização deste estudo foi selecionado 01 turma com aluno com deficiência.

Com o propósito de alcançar os objetivos inicialmente propostos neste estudo, utilizei a observação, as quais foram registradas em um diário de campo, da turma com aluno com deficiência nas aulas de educação física e alguns procedimentos foram realizados visando o melhor desenvolvimento da pesquisa. Contato com a Escola do Sistema Regular de Ensino na qual o aluno com deficiência intelectual está incluído para esclarecimento da pesquisa a ser desenvolvida e a solicitação de autorização e a realização de observação das turmas que tem alunos com deficiência que estão sendo incluídos.

Tomando como ponto de partida o processo de inclusão de aluno com deficiência, nesse caso a deficiência intelectual, levando em consideração as lutas, batalhas, desmistificações, leis, direitos e suas respectivas vantagens ou não, então com o problema de pesquisa como ocorre o processo de inclusão nas aulas de Educação Física de alunos com Deficiência Intelectual Síndrome X Frágil que frequentam a Escola do Sistema Regular de Ensino da cidade de Chapecó SC?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1- Desafios entre professores e alunos com deficiência na escola regular de ensino

Atualmente, o termo “pessoa com necessidades especiais” tem sido utilizado na maioria das vezes para definir “deficiência”, porém, para se chegar a esse conceito, muitas foram as transformações ocorridas no que diz respeito ao tratamento e entendimento sobre essas pessoas e suas necessidades, bem como seus valores e normas nas diferentes culturas.

Para CASTANHO, P.C.G. (2005), é fundamental que trabalhemos para a criação de um ambiente onde não exista preconceito, no qual as aversões e demais ideias despertadas pelo convívio com o diferente possam, em algum momento, ser faladas e pensadas.

Percebemos a grande dificuldade que os professores sentem em tornar o processo de inclusão em algo real. Não diferente das outras áreas de conhecimento, a Educação Física encontra a mesma dificuldade. Esta dificuldade em partes acontece por falta de conhecimento e capacitação adequada (preparação) e de certa maneira por comodismo.

Pela inclusão não ser uma questão recente, buscando realizá-la de maneira correta e adequada, de acordo com Cidade e Freitas, no currículo de formação dos professores e neste caso da Educação Física, que surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com as pessoas com necessidades educacionais especiais. Por isso sabemos que, muitos nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a Inclusão. Obstante a isso, todos os cursos de graduação, buscando uma melhor preparação profissional dos acadêmicos e atendendo ainda uma necessidade social, têm em sua matriz curricular disciplinas voltadas ao trabalho com pessoas com deficiência.

Logo, os professores que estão atuando a mais tempo no âmbito escolar, e que na sua formação não tiveram disciplinas que contemplassem a inclusão encontram mais dificuldades de trabalhar com a mesma, porém, isso não é empecilho para desenvolver um bom trabalho tendo em vista o grande número de oferta de cursos de capacitação em nosso contexto. O fato que decorre é que toda mudança gera receio, é alvo de negação, pois, faz com que saíamos do nosso estado cômodo, gera desequilíbrio.

Com isso, Oliveira (2002) salienta que a inclusão é consequência de uma escola de qualidade, isto é uma escola capaz de perceber cada aluno como um enigma a ser desvendado. O que percebe é que a criança com deficiência, na escola inclusiva hoje denuncia a falência do sistema escolar, e a má gestão escolar. O que se verifica é que os professores não sabem o que fazer o que denuncia uma formação continuada inadequada ou inexistente do professor; outro ponto de dificuldade é a falta de relacionamento da escola com a família, a escola ainda encontra-se muitas vezes fechada à comunidade para discussão da perspectiva inclusiva. Essas entre tantas outras situações inadequadas no sistema brasileiro escolar, tem representado apenas a abertura das portas das escolas para educação inclusiva.

Em decorrência disso, percebemos que duas situações podem se fazer presente durante as aulas no que se refere a vida escolar do aluno: a integração em que o aluno está apenas presente na aula, mas não tem atividades voltadas a atender suas necessidades e especificidades, é apenas mais um na sala de aula, e, a inclusão onde os alunos participam de fato das atividades propostas pelo professor. Neste sentido, percebendo o enorme vazio que ainda há no espaço escolar no que se refere ao processo de inclusão.

Discutir educação no século XXI supõem uma atitude crítica frente aos exageros da sociedade do conhecimento, é preciso situar a importância da educação na totalidade dos desafios e incertezas de nosso tempo, portanto, pensar em educação inclusiva é um dos nossos desafios, mas contudo, não podemos e nem devemos desprezar, as questões pertinentes a sua prática no seio da nossa sociedade escolar (OLIVEIRA,2002).

Concordando com tal colocação, Caon, Silva e Vargas (2009) afirmam que:

O professor de Educação Física possui instrumentos significativos para que a inclusão se torne efetiva, pois pode utilizar técnicas que melhorem a qualidade de vida dos alunos e o acesso à diversidade, fazendo com que as crianças saibam lidar com as diferenças, possibilitando as pessoas com deficiência uma vida em sociedade. A Educação Física poderá contribuir para educação inclusiva, utilizando-se de propostas metodológicas, com criatividade, usando o corpo, o movimento, o jogo, a expressão e o desporto para celebrarem as diferenças e proporcionar aos alunos experiências que realcem a cooperação e a solidariedade.

2.2- A Inclusão

Para descrever um indivíduo com algum tipo de deficiência, muitos termos têm sido utilizados ao longo da história.

De acordo com a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), em 9 de novembro de 1975, (*apud* CIDADE e FREITAS 2002) especifica em seu artigo 1º que: o termo “pessoa deficiente”, refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar a si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de suas capacidades físicas ou mentais.

No Relatório de Reabilitação Internacional da UNICEF divulgado pela OMS (Organização Mundial da Saúde *apud* CIDADE e FREITAS, 2002), deficiência é

qualquer restrição ou perda na execução de uma atividade, resultante de um impedimento, na forma ou dentro dos limites considerados normais para o ser humano.

Atualmente, o termo “pessoa com necessidades especiais” tem sido utilizado na maioria das vezes para definir “deficiência”, porém, para se chegara a esse conceito, muitas foram as transformações ocorridas no que diz respeito ao tratamento e entendimento sobre essas pessoas e suas necessidades, bem como seus valores e normas nas diferentes culturas.

Segundo Silva (*apud* CIDADE e FREITAS, 2002), nos primórdios da história, as pessoas com deficiência eram eliminadas, destruídas ou menosprezadas. A maioria das tribos eram caracterizadas pela necessidade de sobrevivência e superstições e consideravam os deficientes como bons ou maus espíritos. No início do cristianismo (400-1500 d. c.), a forma de compreensão da pessoa deficiente sofre um grande impacto pela ênfase dada pelos ensinamentos religiosos, onde passam a ser “guardados” em casas, vales, porões e, principalmente, sobre a proteção de monastérios, ou seja, dos padres.

Entre os esquimós, no atual Canadá, os deficientes e os velhos eram abandonados nas tribos do urso branco, animal considerado sagrado, para que fossem devorados. Na Bolívia, eram enterrados vivos, pois, acreditavam que a terra protegeria a tribo e, na região Amazônica eram exterminados (SILVA *apud* CARMO, 1994).

No início da Idade Média acredita-se na existência de espíritos malignos. Com o passar do tempo as pessoas deficientes deixaram de ser exterminadas e, passaram a ser excluídas do convívio social ficando presas em porões, ilhas, vales, asilos, entre outros espaços (DIEHL, 2006).

Tendo em vista que uma pessoa com necessidades educacionais especiais é uma pessoa com uma falta ou restrição de capacidades para executar atividades, tarefas, habilidades e comportamentos na forma ou âmbito considerado normal para um ser humano (INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF IMPAIRNEMENTS, DISABILITUS AND HANDECAPS, s.d. *apud* SOLER, 2006).

Na área da educação são considerados alunos com necessidades educacionais especiais:

Aqueles que, por apresentarem necessidades próprias e diferentes do demais alunos requerem recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos. Consideram-se integrantes desse grupo os portadores de: deficiência mental visual, auditiva, física, múltipla, condutas típicas e altas habilidades. (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL *apud* SOLER, 2006).

Porém, historicamente, encontramos registros de pessoas com deficiência a partir do século XVIII (DAVIS *apud* SILVA, 1997), onde surgiram as primeiras instituições destinadas a tratar as deficiências. A partir desse período houve muitos acontecimentos importantes no mundo com relação à história da deficiência. Além das instituições direcionadas à deficiências específicas, eventos, diretrizes e leis foram criadas.

Conforme Carmo (1991), alguns dos principais decretos e leis produzidos e voltados para os “deficientes” relativos ao período compreendido entre 1944 e 1987, no Brasil, são:

- I Decreto-lei 4.818, de 08 de outubro de 1942, que estabelece “prorrogação, prazo, vigência, crédito especial para auxílio de pessoas deficiente”;
- II Lei 004613, de 02 de abril de 1965: “isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como taxa dos despachos aduaneiros, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais ficam impossibilitados de utilizar os modelo comuns”;
- III Decreto-lei nº 001044, de 21 de outubro de 1969: “dispõe sobre o tratamento excepcional para alguns portadores das afecções que indica tratamento especial de ensino, aluno doente, pessoas deficiente”;

Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008), salientam ainda que em 1969, o parágrafo 1º do artigo 153 da Constituição Brasileira, estabeleceu que “todos são iguais perante a lei, sem discriminação de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas”. A Emenda Constitucional nº 000012, de 10 de outubro de 1978: altera na Constituição Federal o artigo único:

É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

I- educação especial gratuita

II- assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país;

- III- proibição de discriminação inclusive quanto a admissão ao trabalho ou ao serviço público e à salários;
- IV- possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos;

Com o olhar voltado para a Educação Física, houve a criação da Carta Internacional de Educação Física e Desportos, aprovada pela Conferência da organização das nações unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 21 de novembro de 1978, que em seu Artigo 1º, conforme Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008) expõe que:

a prática da educação física e dos desportos é um direito fundamental para todos(...). É direito fundamental de todo ser humano o acesso à educação física e aos desportos, os quais são indispensáveis à expansão de sua personalidade. O direito de desenvolver aptidões física, intelectuais e morais, através da educação física e do desporto, deve ser garantido tanto no plano do sistema educativo quanto em outros aspectos da vida social.

Dentre todas as leis, uma das mais importantes e que não podemos deixar de citar é a Declaração de Salamanca, que de acordo com Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008), em que “houve o consenso de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas em escolas regulares. Isso remeteu ao conceito de escola inclusiva, cujo principal desafio é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, que dê conta de educar a todas elas, inclusive as que possuem graves desvantagens”.

Essas leis, representam um grande avanço no que concerne aos direitos do cidadão com necessidades especiais. Também, sinalizam um olhar sobre as diferenças, uma nova maneira de ver essa parcela da população tão carente ainda de respeito e de espaços próprios (DIEHL, 2006).

O fato é que essas pessoas com necessidades especiais passam por muitas dificuldades e desigualdades de tratamento, seja no contexto educacional, social e muitas vezes no familiar. Conforme Cidade e Freitas (2002), para buscar essa igualdade de oportunidades (em todos os campos), a pessoa com

necessidades educacionais especiais tem de enfrentar no seu cotidiano, o mundo físico e as outras pessoas. O mundo físico, este criado pelo homem, para o homem “dito normal”, é o ambiente e suas barreiras. As outras pessoas são as que com seus costumes, valores, atitudes e expectativas sociais excluem por preconceito, desconhecimento ou desvalorização a pessoa com necessidades especiais do convívio e dos benefícios que a sociedade oferece.

A Educação Física, em seu importante papel na sociedade não pode fechar seus olhos para essas atitudes e fingir que nada está acontecendo, ela pode e é seu dever principalmente no âmbito escolar criar possibilidades de igualdade para todos através da Educação Física Adaptada que deve atender as diferenças, necessidade e individualidades de todos os seus alunos em especial os alunos com necessidades especiais.

2.3- Educação Física e a Síndrome do X Frágil

A inclusão tem sido foco de grandes discursos nas mais variadas instituições principalmente na última década. O fato decorre da necessidade de garantir que todas as pessoas, independente de suas limitações, tenham acesso à educação, ao esporte e ao lazer em qualquer estabelecimento público, salvo que muito questiona-se se os profissionais estariam preparados para receber e trabalhar com pessoas com necessidades especiais.

Conforme fonte da pesquisa da ONU *apud* (SOLER 2006):

- 10% da população brasileira apresentam necessidades especiais;
- 03 a 05% da população brasileira tem comprometimento intelectual de vários níveis;
- No Brasil, um de cada 500 a 600 bebês nasce com uma alteração genética associada á deficiência mental, conhecida com Síndrome de Down;
- Na Síndrome de Down o comprometimento cognitivo é de leve a

moderado;

- Segundo dados da ONU, o Brasil possui 15 milhões de pessoas deficientes.

Soler (2006), afirma que novas pesquisas foram feitas e mostraram que a pessoa com necessidades especiais pode muito mais do que se imaginava, mas o que acaba acontecendo na prática é o desprezo total do seu potencial.

Assim, sabendo que eles podem se relacionar bem com qualquer pessoa, principalmente com aquelas que os entendem, e para entendê-los não é preciso pré-requisitos. Basta tratá-los da mesma forma que tratamos qualquer pessoa, sem distinções, pena ou proteção exagerada, e, sobretudo acreditando em suas potencialidades, como nos ensina a Pedagogia Transdisciplinar de Nicolescu (*apud* SOLER 2006).

Deficiência intelectual é caracterizada em um indivíduo por um nível de funcionalmente intelectual abaixo da média populacional. A etiologia é multifatorial, portanto, fatores genéticos, ambientais ou socioculturais possam contribuir no prejuízo de funções cognitivas, linguagem, motora e de socialização do afetado (KATZ, 2008). A deficiência intelectual é um achado clínico frequente em doenças genéticas como a Síndrome do X frágil, segunda maior causa de deficiência intelectual depois da Síndrome de Down (HAGERMAN, 2002).

A Síndrome do X frágil apresenta uma prevalência de 1:4.000 a 1:7.000 nascimentos, sendo mais comum em indivíduos do sexo masculino (HUNTER, 2014). Além da deficiência intelectual, os indivíduos afetados apresentam alterações morfológicas como face estreita e alongada, orelhas proeminentes e macro-orquidia, e alterações de comportamento como hiperatividade, maneirismos de mãos, agressividade, alterações de humor e atraso psicomotor (SHARBEL, 2011; CIACCIO, 2017). Importante salientar que a alteração genética está localizada no cromossomo X, o que explica o surgimento de um fenótipo mais grave em homens (XY), apresentando apenas uma cópia do X. Todavia, como indivíduos do sexo feminino (XX) compõem em suas células duas cópias do cromossomo X, portam apenas um cromossomo alterado, denominados de heterozigotos, permitindo expressar um fenótipo mais brando ou parcial da síndrome em mulheres (OTTO, 2013).

O nome da síndrome é proveniente de investigações citológicas em culturas celulares cultivadas na ausência da timidina e ácido fólico. Durante a análise de cromossomos corados no microscópio pode-se observar o aparecimento de uma constrição primária no braço longo do cromossomo X, dando a impressão que esta região está prestes a se soltar ou cair do restante do cromossomo, portanto, o nome de X frágil (SNUSTAD, 2013). O DNA é considerado um grande polímero empacotado no núcleo celular, compondo uma estrutura formada por quatro diferentes nucleotídeos que se repetem ao longo da dupla hélice de DNA: adenina (A), citosina (C), guanina (G) e timina (T). O sítio frágil presente na síndrome é composto por uma expansão anormal destes nucleotídeos, ocorrendo um aumento de repetições de trinucleotídeos CGG, comparado com uma região cromossômica normal (SCHAEFER, 2015). Esta alteração genética está localizada dentro de um gene chamado FMR1. Em indivíduos normais este gene codifica uma proteína chamada FRMP que se acumula nos dendritos neuronais, importantes estruturas que exercem funções de conexão entre neurônios e outras células. Em pessoas afetadas pela síndrome a proteína FMRP está ausente, explicando a nível molecular a causa do aparecimento da deficiência intelectual observada (SNUSTAD, 2013).

Atualmente o diagnóstico da Síndrome do X frágil é realizado por detecção da expansão CGG por técnicas de biologia molecular. Após confirmação da síndrome pelo laboratório é realizado o manejo clínico. Como o número ou o grau dos sintomas presentes podem diferenciar entre os afetados, o tratamento deve ser individualizado. Terapias para estimular a fala, atividade motora e intervenções farmacológicas podem ser utilizadas, de acordo com as necessidades do indivíduo (WIESNER, 2004; CIACCIO, 2017).

Portanto, o conhecimento da origem das necessidades educacionais especiais é fundamental ao professor em ambiente escolar em relação às implicações cognitivas e comportamentais de um aluno afetado pela Síndrome do X frágil (REILLY, C, 2012).

O aluno se encontra com ele mesmo na hora em que sai de sala de aula e pode se encontrar com ele mesmo, correndo, pulando, dançando e se descobrindo através dos movimentos ao ar livre que as aulas de educação física os proporcionam, assim ele está sendo incluso no sistema e não só integrado nele.

Então, antes de procurarmos incluir os alunos com deficiência no Sistema Regular de Ensino, faz-se necessário entendermos o que é inclusão, porém, deve-se ainda tomar cuidado para que a mesma não seja confundida com integração.

O aluno busca estímulos para realizar certos movimentos, mas ele também se

descobre sozinho, como é capaz de realizar movimentos em que sentia insegurança em determinado momento.

Segundo Mantoan (2006), o processo de integração ocorre de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no Sistema Regular de Ensino- da classe regular ao ensino especial- em todos os tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais, escolas comuns, ensino itinerante, sala de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.

Então, nos deparamos com os conceitos de integração e inclusão ambos presentes no âmbito educacional.

Nas situações de integração escolar, concordando com Mantoan (2006), nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois, há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados a individualização dos programas escolares, avaliações especiais... Ou seja, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptar às suas exigências.

O mesmo salienta ainda que, por outro lado a inclusão questiona não somente as políticas públicas e a organização da educação especial e da regular, mas também, o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. O objetivo da inclusão, é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar, onde, a necessidade de todos os alunos deve dar ao sistema educacional informações para estruturá-lo de acordo com essas necessidades.

Logo, como muito bem expõem Karagiannis, Stainback e Stainback (*apud* TESSARO;WARICODA;BOLONHEIS;ROSA, 2005), a Educação Física deve incluir todas as pessoas, independentemente de seu talento, deficiência, nível socioeconômico ou cultural, em salas de aula ou em espaço aberto com todas as suas necessidades sendo atendidas.

Partindo desta perspectiva, é necessário ao profissional ressignificar sua prática pedagógica e concepção de diversidade, porém, isso deve ser incentivado ainda na sua graduação sabendo-se da abrangência de conteúdos e temas que podem serem abordados e contemplados na mesma levando- se em conta suas dimensões conceitual, procedimental e atitud Segundo Santos (1999) é necessário [...] “que todos os cursos de formação profissional deem aos professores condições

humanas, sem preconceitos, propiciando o nascer de uma verdadeira sociedade inclusiva”.

Martins (1999, p.73), salienta que

[...] os profissionais deverão ser levados a refletir sobre sua prática e preparados para adequar a sua maneira de ensinar às condições de cada aluno. É importante que tenha um conhecimento nesse caso específico [...] acreditamos até que seja ainda mais importante que os professores e técnicos atuantes nas escolas regulares tenham uma visão aprofundada sobre o desenvolvimento infantil, sobre como a criança adquire o conhecimento. Que esses profissionais aprendam a ensinar respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno, bem como estimulá-lo a ter um comportamento mais ativo diante dos desafios surgidos na escola e na vida prática”.

Cada educador deve procurar conhecer as individualidades de cada aluno para realizar realmente a inclusão e não a integração apenas.

Concordando com isso, Martins (apud TESSARO, WARICODA, BOLONHEIS, ROSA, 2005) salienta que para os alunos com deficiência, é necessário desenvolver planos e projetos que enfatizem a integração social e escolar dessas crianças.

Assim, a distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher indistintamente todos os alunos nos diferentes níveis de ensino.

Conforme Carvalho (1997), em “A nova LDB e a Educação Especial”, em seu Capítulo II, no que refere-se ao atendimento educacional escolar de alunos com necessidades especiais, na Seção I- Da organização do atendimento educacional escolar:

Art. 5º- O Sistema Estadual de Ensino proporcionará, ao educando com necessidades especiais, atendimento que satisfaça as condições requeridas por suas características, visando seu desenvolvimento global, ajustamento e competência social, integração a sociedade ao mercado de trabalho.

Parágrafo único- para cumprimento destas finalidades buscar-se-á integração de esforços entre:

- a) os setores da administração pública governamental responsáveis pela

saúde, trabalho, assistência social e outras agências municipais, estaduais e federais incumbidas da promoção do bem-estar social;

b) as instituições educacionais de todos os níveis de ensino;

c) as empresas, instituições privadas e comunitárias que possam contribuir para o diagnóstico, atendimento, habilitação, reabilitação e colocação profissional dos educandos;

d) a família e a escola.

Daólio (1995) defende uma Educação Física que, no âmbito escolar deveria atender a todos os alunos, considerando e respeitando suas diferenças. A Educação Física na escola deve ir além do foco da cultura corporal; deve explorar as diferenças da própria pluralidade da cultura corporal.

Assim, no âmbito da inclusão deve-se refletir sobre o papel da Educação Física na escola, bem como sobre a ação educativa do professor. Mostra-se necessário considerar que a participação efetiva e a ação do professor parecem influenciar diretamente na função pedagógica que a Educação Física deve assumir na escola (SILVA, SEABRA JÚNIOR e ARAÚJO, 2008).

Assim, como aponta Pedrinelli (1995), referindo-se à alunos com necessidades especiais, observa-se que, atualmente temos duas questões fundamentais ocorrendo no processo de ensino-aprendizagem, no contexto das aulas de Educação Física, principalmente no ensino fundamental, que acreditamos merecer atenção especial:

- alunos participantes- com participação de fato (inclusão);
- alunos presentes- presença sem participação (em situação de exclusão)

Concordando com Oliveira (2002), a educação inclusiva levará a transformação da representação da criança e do jovem sobre a deficiência, pois educando e crescendo junto aos “diferentes”, compreenderá a heterogeneidade, já que o trabalho é sempre voltado para a homogeneidade. Este é o eixo ético do ser humano, é difícil falar de ética com alguém totalmente diferente de você. E esta

vivência acredita-se que a escola tem que propiciar ao cidadão, senão não é escola.

Então, a Educação Física deve propiciar ao aluno, com deficiência ou não, conhecer suas possibilidades, avançar seus limites no sentido de inseri-los na cultura corporal de movimento em suas diferentes dimensões biopsicossociais (SILVA, SEABRA JÚNIOR e ARAÚJO, 2008). Visto que nas aulas de educação física, os alunos tem a possibilidade de reconhecer suas habilidades, possibilidades e necessidades enquanto aluno e indivíduo pertencente da sociedade. A partir das aulas de educação física o aluno se descobre enquanto sujeito, sujeito este, cercado de demais sujeitos, todos este envolvidos por uma sociedade que estabelece, cria e influenciarelações.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa, me propus a pesquisar como ocorre o processo de inclusão de alunos com Deficiência Intelectual Síndrome X Frágil nas aulas de Educação Física do Sistema Regular de Ensino, assim, será apresentado e analisados os dados coletados a partir de observações realizadas das aulas de Educação Física no Sistema Regular de Ensino registradas em diário de campo, da qual o aluno com Deficiência Intelectual Síndrome do X Frágil, SID 10 F70 + F90 secundário faz parte, bem como, de entrevistas semi-estruturadas direcionadas a escola, aos pais e professores do aluno.

Assim, segui a metodologia estabelecida para tal pesquisa, após desenvolvidas as duas primeiras etapas, que baseadas em Bardin (*apud* TRIVIÑOS, 1987), a primeira etapa a *pré-análise*, constituída como sendo a organização dos materiais, no caso as observações e as entrevistas semiestruturadas; e a segunda a *descrição analítica*, a qual a partir da realização das observações nas aulas de Educação Física na Escola do Sistema Regular de Ensino e entrevistas semiestruturadas realizadas com os pais e professores de sala seu segundo professor e de Educação Física, daremos então início a terceira etapa da análise de tal pesquisa, sendo a mesma a *interpretação referencial*, onde estaremos a partir dos dados coletados juntamente com embasamento teórico apresentando os resultados obtidos. Então, elenquei para tal desdobramento categorias de análise

sendo as mesmas descritas a seguir.

1-Posicionamento do Professor de Educação Física do Sistema Regular de Ensino em relação ao processo de Inclusão.

A prática da inclusão nas escolas ainda é um grande dilema ao professor. Então, no que se refere a inclusão dos alunos com deficiência estarem sendo incluídos no Sistema Regular de Ensino o Professor “A” salienta que *“Em primeiro lugar no Ensino é uma ótima ideia, aliás está previsto desde 2006 na LDB, e nada mais que normal, as crianças elas tem que ser atendidas também na escola do ensino Regular e nas aulas de EF deve ser da mesma maneira, que a EF faz parte do ensino regular. Mas vejo falta de estrutura e sem muita informações e qualificações para os professores conseguir trabalhar com algumas deficiências”*.

Assim cabe ao professor fazer com que a metodologia adotada em suas aulas dê conta de atender a todos igualmente para que ocorra a inclusão, sobre a qual, o Professor “A” diz que *“A metodologia é a mesma para todos os alunos, em relação a EF eu procuro me basear muito na metodologia crítico superadora e como tendência pedagógica na teoria da libertação de Paulo Freire, a proposta libertadora”*. Ou seja, é necessário adequar sua prática pedagógica para dar conta de atender o seu entorno de maneira igualitária. Porém, salientamos ainda que “nem tudo são flores” (ditado popular), o ato de trabalhar com pessoas com deficiência junto com as ditas normais ocasiona certas dificuldades.

No que se refere a dificuldades e facilidades percebidas no decorrer de suas aulas na turma que tem o aluno com deficiência intelectual o Professor “A” diz que *“A dificuldade se dá na questão de falta de conhecimento, nos limites de cada um desses alunos principalmente no que diz respeito as suas deficiências a gente pode chamar assim, mas, é só nesse sentido, difícil para dar aula não é, porque as crianças, os alunos, o educando em si, ele tem seu limite como qualquer outra criança e tem que ser respeitado, mas não tem dificuldade, e as facilidades quando eles conseguem superar seus limites e percebemos e aprendemos muitos com o esforço e dedicação deles”*. E o professor “B” salienta que *“Dificuldades é a disponibilidade de material diferenciados na rede e a facilidade é a família presente*

tendo um bom dialogo todos os dias”.

Assim, de acordo com Falkenbach e Cols. (*apud* FALKENBACH; ORDOBÁS; MACHADO, 2008) é possível entender que alguns professores de Educação Física não estão preparados para ministrar aulas de educação física, com carência de conhecimentos para proporcionar atividades que auxiliam no processo de inclusão, questão essencial a ser compreendida no coletivo social.

Neste sentido, percebemos que muitas vezes o fato de a formação inicial não ser oferecidas disciplinas voltadas ao trabalho para com as pessoas com deficiência é um grande impecílio quando os professores de Educação Física se deparam com tais situações, porém, isso não pode impedir que sua intervenção pedagógica não dê conta de trabalhar com tal população.

A professora salientou também sobre como planeja suas aulas, se é a mesma ou se ela faz atividades diferenciadas com o aluno com deficiência *“Mesmo conteúdos e mesmo planejamento, procuro sempre adaptar as atividades para que todos possam realizar juntos, no momento em que os alunos com limitações realizam as atividades procuro acalmar e fico próximo acompanhando e eles fazem bem calmos e os outros alunos ajudam ou esperam”.*

Estreitando então os laços, com as idéias de Caon, Silva e Vargas (2009), salientamos que as contribuições que a Educação Física pode dispor ao processo de inclusão de pessoas com deficiência são inúmeras. Entretanto, é necessário que o professor conheça a sua área para saber o que pode e o que deve fazer para tornar a vida das pessoas com deficiência um pouco melhor, podendo estar mudando a realidade de uma sociedade, onde podem aceitar e respeitar as diferenças. A Educação Física como disciplina curricular possui conteúdos que quando ministrados, podem ser apresentados com menor rigidez que as outras disciplinas, por isto o professor possui maior liberdade para organizar seus conteúdos, sendo isto muito positivo para o processo de inclusão.

Assim, a partir da observação e da entrevista realizada com o professor de Educação Física percebemos que o mesmo está muito preocupado para que em suas aulas ele realize a inclusão de todos, bem como está ciente da necessidade de que a falta de conhecimento por parte do professor pode ser um grande interruptor do processo de inclusão, para tal faz-se necessário ir em busca de novo

conhecimentos sobre a referida situação, sem acomodar-se ou desesperar-se.

2- Atividades oportunizadas ao aluno com deficiência intelectual Síndrome X Frágil nas aulas de Educação Física.

Pautada na observação, percebi que a professora de Educação Física, levando em conta que tinha aluno com deficiência, buscou trabalhar primeiramente na sala de aula, a partir de aula teórica com jogos modificados, os quais são registrados em um caderno de Educação Física sendo este uma das avaliações bimestrais, após, em aula prática é desenvolvido o que foi trabalhado em sala de aula. Estes jogos modificados são desenvolvidos com o intuito de que todos possam participar e fazer parte efetiva do mesmo, sendo os mesmos voltados para a cooperação, coletividade e solidariedade.

Estes jogos modificados é realizado na quadra de esportes da escola ou no ginásio de esportes de acordo com o espaço que estava disponível para o dia da aula, visto que há um rodízio nos espaços em virtude do grande número de alunos e de professores de Educação Física na instituição como um dos jogos modificados trabalhados pela professora, podemos citar o arremesso de peso realizado na quadra de esportes da escola, o qual, foi trabalhado primeiramente na sala de aula com os alunos e registrado no caderno pelos mesmos. O arremesso de peso, desenvolvido buscando a pontuação coletiva ocorreu da seguinte maneira com os alunos: todos os alunos terão o mesmo número de arremessos (2-dois), a vitória ou derrota será coletiva e não individual, em virtude de que é realizado uma soma da distância arremessada pelos participantes. Assim, os alunos (todos), cada qual na sua respectiva vez, arremessavam o peso e era realizada mensuração da distância em que o peso caiu, após todos terem feito a primeira tentativa realiza-se a soma de todas as marcas e tem-se um número "X", logo, realiza-se a segunda tentativa por todos e novamente faz-se uma soma da distância arremessada por todos. Então, compara-se a primeira distância com a segunda distância e vê qual foi a maior, logo, se a segunda foi melhor que a primeira todos vencem, se a segunda foi menor que a primeira todos perdem.

Em relação de seu planejamento com a turma a professora explica como é

organizado salientando que *“procuro sempre adaptar as atividades para que todos possam realizar juntos, no momento em que os alunos com limitações realizam as atividades procuro acalmar e fico próximo acompanhando e eles fazem bem calmos e os outros alunos ajudam ou esperam”*.

Percebi que o aluno se encontra com ele mesmo nas aulas de educação física em que ele é o protagonista da sua atividade, pois nesse momento ele pega a bola, ele joga, ele chuta, ele corre, ele agacha, ele pula, ele roda. Nossa são tantos movimentos que ele tem a possibilidade de realizar sem ajuda de ninguém, ou seja ele é capaz, em alguns momentos necessita de auxílio, porém em determinadas atividades ele é capaz, ele se sente feliz e realizado em poder sozinho fazer o que ele tem vontade e sabe fazer.

3- Relação com o aluno com deficiência intelectual com os demais alunos do Sistema Regular de Ensino.

Percebi no decorrer da observação que o aluno com Deficiência Intelectual Síndrome X Frágil, possui uma relação tranquila com seus colegas do Sistema Regular de Ensino, saliento isto em virtude de que em vários momentos quando questionados pela professora de Educação Física sobre quem gostaria de sentar-se ao lado dele, vários colegas se prontificavam e queriam sentar-se ao lado dos referidos colegas para ajudar nas tarefas da aula. Outro fato que prova a boa relação entre eles é o fato de que em vários momentos no decorrer da aula todos os alunos conversavam e brincavam juntos, no caso do aluno com deficiência não se fazer presente na realização das atividades por livre iniciativa, os próprios colegas sem que se fizesse necessário uma iniciativa da professora, chamavam ele a participar.

Verificando a partir da observação que o aluno se sente à vontade nas aulas de Educação Física e gosta de estar neste contexto, visto que apresenta expressão de felicidade, de satisfação e interesse para com os colegas e com os professores.

Questionando a segunda professora ela salientou que *“Ele tem um bom relacionamento gosta dos trabalhos em grupos, os colegas se preocupam com ele e querem ajudar”*.

E sobre o a professora ver diferença do aluno nas aulas dentro de sala e nas

aulas de educação física ela salienta que *“Não, o comportamento é o mesmo, tanto na sala com nas aulas fora de sala ele conversa, faz as atividades com jogos e se locomove super bem”*.

O aluno em sala de aula e fora de sala se comunica e tem um bom relacionamento com os demais, mas é fora da sala que ele se liberta e tem o maior contato com seus colegas e também é nesse momento que ele mostra para os colegas que ele é capaz de fazer as atividades iguais os outros. Acredito que ele se sente realizado nesses momentos.

4- Visão dos pais do aluno com Deficiência Intelectual em relação a inclusão dele no Sistema Regular de Ensino.

Falar sobre inclusão não é uma tarefa fácil, principalmente quando se têm envolvidos todos os membros do âmbito educacional (direção, professores, alunos, secretaria da educação) e também do grupo familiar, neste caso os pais.

Assim, estabelecendo uma relação de acompanhamento do pai/mãe para com seu filho no âmbito educacional tentando contemplar a visão do pai/mãe para como a participação do filho na escola iniciei então, falando de ante-mão sobre o acompanhamento do filho por parte deles no contexto escolar e opinião sobre a aula de Educação Física. Pai salienta que *“Eu vejo que é bom para eles porque tanto no ensino na fala na educação física ai, é muito bom pra eles, porque eles aprendem muita coisa boa e vale a pena faz bem pro corpo deles. Mas o Lu não gosta de vir para aula, mas faz as coisas”*.

Em relação aos sentimentos demonstrados em caso referente a escola o pai salienta que *“Sim ele fala as vezes que fazem bullying com ele, dai eu digo não filho, nem de bola, é assim com todo mundo. Mas se eu querer deixar por ele fica em casa, mas dai quando volto buscar ta faceiro e vai me contando o que fez na escola”*.

Pude perceber que o aluno com a comodidade de casa acaba criando as vezes algumas desculpas para não precisar ir para escola, mas depois que chega acaba gostando e interagindo com a professora e os alunos, pois em nenhum momento percebi algum aluno desrespeitando ele, e as professoras me garantiram que eles gostam de ajuda-lo e sentar do seu lado nas atividades.

Posso afirmar com isso em sua colocação sobre ele considerar que o filho gosta de frequentar a escola do Sistema Regular de Ensino pois ele salienta que

“Depende do dia, como te falei antes as vezes não quer vir para escola, mas quando volto ele fica contente de ter vindo. E como ele só frequenta aqui não vai nem no Capp e nem na Apae, daí te que caprichar vindo na escola”.

Então, posso afirmar nessa pesquisa com o pai, constatando que ele compreende a inclusão na escola e no caso nas aulas de Educação Física como um processo positivo na vida de seu filho. Ele afirma *“Sim eu que faço tudo por ele. Eu acho que é bom né, ele pode correr, brincar, jogar bola não tem como por que ele usa óculos e não consegue acompanhar os outros, mas só dele estar brincando já é bom”.*

O pai se sente seguro em trazer seu filho à escola, mas na entrevista pude perceber claramente que ele tem a necessidade da segunda professora estar presente, ele me afirmou que se ela não está o aluno se nega a ficar na sala de aula. A importância da escola garantindo a segurança de todos alunos é muito importante para todos os pais, inclusive aos alunos com deficiência que precisam de uma segurança maior ainda tanto nas aula de sala de aula como nas aula de educação física.

4 CONCLUSÕES

A partir dos resultados analisados, percebemos que a Escola do Sistema Regular de Ensino é uma grande facilitadora do desenvolvimento físico, mental, afetivo e social dos alunos com deficiências, no meu caso a Síndrome X Frágil, penso que uma escola para estar realizando o processo de inclusão necessita oportunizar aos alunos com qualquer deficiência condições para tal processo, dentre as quais professores capacitados, seja pela sua formação inicial, formação continuada ou ainda pela formação permanente para que ocorra conhecimento mais apurado das especificidades e possibilidades de cada pessoa, outro ponto importante é ter maior relacionamento entre família e escola, a qual, muitas vezes encontra-se fechada a comunidade para discutir a perspectiva da inclusão, além, de dever ser oportunizada por parte dos governantes a estrutura cabível e necessária, defendida e proposta por lei.

Logo, voltando o olhar para o campo da Educação Física, penso ainda, que ela é uma extrema aliada no papel da inclusão no Sistema Regular de Ensino, já que a atividade física beneficia crianças e jovens com deficiência, possibilitando que

percebam e mostrem aos outros que são como qualquer pessoa, possuindo capacidades e limitações desde que sejam feitas as adaptações necessárias, já que, a Educação Física têm como importante papel proporcionar vivências e oportunidades motoras adaptando-se às mais diferentes realidades e necessidades dos alunos. E, que os professores não digam que não tiveram em sua formação preparação profissional para trabalhar com pessoas com deficiências, isso, é vergonhoso, já que estamos em pleno século XXI, em meio à um mundo totalmente moderno, com novas tecnologias e fontes para obter-se conhecimento em relação à esse assunto.

A Educação Física têm sim, papel muito importante no que se refere à inclusão da pessoa com deficiências no Sistema Regular de Ensino, pois, através das atividades realizadas pela mesma, o aluno sentir-se-à parte integrante de um grupo, que têm capacidades e habilidades com algumas limitações, as quais, não o impedem de viver e participar do contexto escolar e social ao qual está inserido.

Concluí então, que a inclusão do aluno com a Deficiência Intelectual de Síndrome X Frágil, no Sistema Regular de Ensino é viável desde que tenhamos consciência da complexidade que envolve tal processo, visto que em torno disso há, ou pelo menos deve haver investimentos e comprometimento por parte dos professores e principalmente dos órgãos governamentais que em tese são ou pelo menos deveriam ser responsáveis por tal processo, além, de fazer-se necessário pesquisar e estudar para que amplie-se o conhecimento e novas perspectivas educacionais sejam desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. DUARTE, E. **Educação Inclusiva: um estudo na área da Educação Física**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília- SP, Maio- Agosto, 2005. Vol.11. n.2, p.223-240. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s141365382005000200005&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 10 de abril de 2018.

AGUIAR, J. S. **Educação Inclusiva: Jogos para o Ensino de Conceitos**. 1ª.ed. Campinas: Papirus Editora, 2004.

CAON, G; SILVA, R; VARGAS, C. **Revisão teórica sobre educação física escolar e inclusão educacional**. Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 131 - Abril de 2009. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd131/educacao-fisica-escolar-e-inclusao-educacional.htm> Acesso em 18 de junho de 2018.

CARMO, A.A. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/ PR, 1991.

CASTANHO, P.C.G. **O laço do preconceito: a inclusão, exclusão e convivência do usuário de saúde mental a partir do conceito de alianças inconscientes e do dia a dia de um CECCO1**. Vínculo v.2 n.2 São Paulo dez. 2005. Disponível em http://scielo.bvspsi.org.br/scielo.php?pid=S180624902005000100009&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 20 de junho de 2018.

CIACCIO et al. Italian. **Journal of Pediatrics**. (2017) 43:39 DOI 10.1186/s13052-017-0355-y.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. FREITAS, Patricia Silvestre de. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.124p.

FALKENBACH; A P. ORDOBÁS, A C. M; MACHADO, G.S. **Experiências de inclusão de professores da Educação Física na escola comum: a relação professor/aluno com necessidades especiais**. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 13 - Nº 126 – Novembro de 2008. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd126/experiencias-de-inclusao-de-professores-da-educacao-fisica-na-escola-comum.htm>. Acesso em 20 de julho de 2018.

Genética Médica - G. Bradley Schaefer, James N. Thompson Jr. Tradução - Andréia Escosteguy Vargas; revisão técnica - Roberto Giugliani, et al; Porto Alegre, AMGH, 015.

Hagerman RJ, Hagerman PJ. Fragile X Syndrome: diagnosis, treatment and research. Baltimore: The John Hopkins University Press; 2002.

Hunter, J., Rivero-Arias, O., Angelov, A., Kim, E., Fotheringham, I., & Leal, J. (2014). Epidemiology of fragile X syndrome: A systematic review and meta-analysis. American Journal of Medical Genetics, Part A, 164(7), 1648–1658. <https://doi.org/10.1002/ajmg.a.36511>.

Katz, G., & Lazcano-Ponce, E. (2008). Intellectual disability: Definition, etiological factors, classification, diagnosis, treatment and prognosis. Salud Publica de Mexico, 50(SUPPL. 2). <https://doi.org/10.1590/S0036-36342008000800005>.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

OLIVEIRA, F.F. **Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar**. Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - N° 51 - Agosto de 2002. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd51/educa.htm> Acesso em 02 de abril de 2018.

OTTO, Paulo Alberto, Regina Célia Mingroni Netto, Priscila Guimarães Otto. **Genética Médica**. São Paulo; Roca, 2013.

PEDRINELLI, V.J. **Pessoas portadoras de deficiência mental e a prática de atividades motoras**. In: SESI-DN. Educação Física e Desporto para pessoas portadoras de deficiência. Brasília: SESI-DN, 1994. p.52-63.

PETER, Snustad, Michel J. Simmons; Tradução Cláudia Lúcia Caetano de Araújo. **Fundamentos de Genética** 6.ed. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2013.

REILLY, C. (2012). **Behavioural phenotypes and special educational needs: Is aetiology important in the classroom?** Journal of Intellectual Disability Research, 56(10), 929–946. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2788.2012.01542.x>

SASSAKI, Romeu Razumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SHARBEL, Weidner Maluf, Mariluce Riegel, et al; **Citogenética Humana**. Porto Alegre; Artmed, 2011.

TESSARO, N.S; WARICODA, A S.R; BOLONHEIS, R.C.M; ROSA, A P. B. **Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas**

especiais. Psicol. esc. educ. v.9 n.1 Campinas jun. 2005 Disponível em http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572005000100010&lng=pt&nrm= Acesso em 19 de julho de 2018.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: ED. Atlas: 1987.

